Poder emergente

As ONGs estão mostrando que é possível fazer política e economia com sensibilidade e valorização das diferenças

NIVALDO T. MANZANO

As organizações não-governamentais (ONGs) estão exercendo uma influência crescente e decisiva nas decisões dos governos, dos negócios e dos organismos intergovernamentais. Se existia ainda alguma dúvida a respeito, os protestos por elas promovidos no início de dezembro do ano passado em Seattle, EUA, por ocasião da reunião da OMC, atestam de maneira eloqüente que dúvida não existe mais.

Pedra cantada

Negociadores e observadores que participaram da reunião certamente não foram pegos de surpresa ao se darem conta, diante da avalancha de protesto nas ruas, de que o livre comércio já não é assunto para ser decidido a portas fechadas entre negociadores formalmente constituídos por seus respectivos governos. O que não se sabia, porém, é que a agenda dos contestadores sairia vitoriosa pela primeira vez num foro de tal envergadura.

A surpresa poderia ter sido evitada se, em vez de consultar as previsões dos serviços noticiosos usuais, se tivessem consultado as previsões das próprias ONGs.

O World Watch Institute, uma ONG com sede em Washington, por exemplo, anunciou antecipadamente em sua revista *WorldWatch* que "a principal notícia de Seattle talvez não sejam as negociações da OMC, mas a influência contestadora que pessoas do mundo inteiro, coordenadas por milhares de ONGs, exerce sobre uma das mais poderosas e menos transparentes organizações transacionais".

Estamos pois dependentes das ONGs não apenas na criação de fatos mas também para sua previsão e cobertura jornalística. A revista *The Economist* acrescentaria ainda, ao comentar o poder ascendente das ONGs, que seria o caso de os negociadores da OMC aprenderem também com elas a utilizar a comunicação via Internet para a organização e a preparação prévia de agendas. Como prova de competência, no que diz respeito a Seattle pelo menos, a agenda das ONGs saiu vitoriosa.

Presença das ONGs

A batalha de Seattle foi somente uma das mais recentes e ruidosas vitórias de ONGs em foros de igual envergadura.

A sua *rentrée* espetacular no ambiente global deu-se na Rio-92, quando elas dobraram os mandatários do mundo na questão do controle das emissões de gases geradores do efeito estufa. Em 1994, o alvo seria um encontro do Banco Mundial, que se viu forçado a repensar seus objetivos e métodos. Em 1998, seria a vez de entrar em cena uma coalizão internacional de ativistas defensores dos direitos do consumidor para fazer naufragar o Acordo Multilateral de Investimentos, iniciativa dos países da OCDE destinada a harmonizar as regras sobre investimentos externos.

Nos dois últimos anos, uma nova coalizão global foi constituída para promover o *Jubileu 2000*, um movimento de pressão sobre os credores para reduzir a dívida externa dos países mais pobres.

No terreno onde medram as ONGs não faltam idéias de novas ações em escala global ou local nem a disposição de um número velozmente crescente de pessoas, prontas a fustigar os mecanismos formais de representação e de resolução de conflitos em proveito da valorização da ação direta e da pressão social de baixo para cima, que elas cuidam de promover.



Nivaldo Manzano *é jornalista.*

* WorldWatch, *nov.-dez. 1999.*

** Foreign Affairs, *1997.*

*** A transfiguração do político – a tribalização do mundo. *Porto Alegre, Sulina, 1997.*

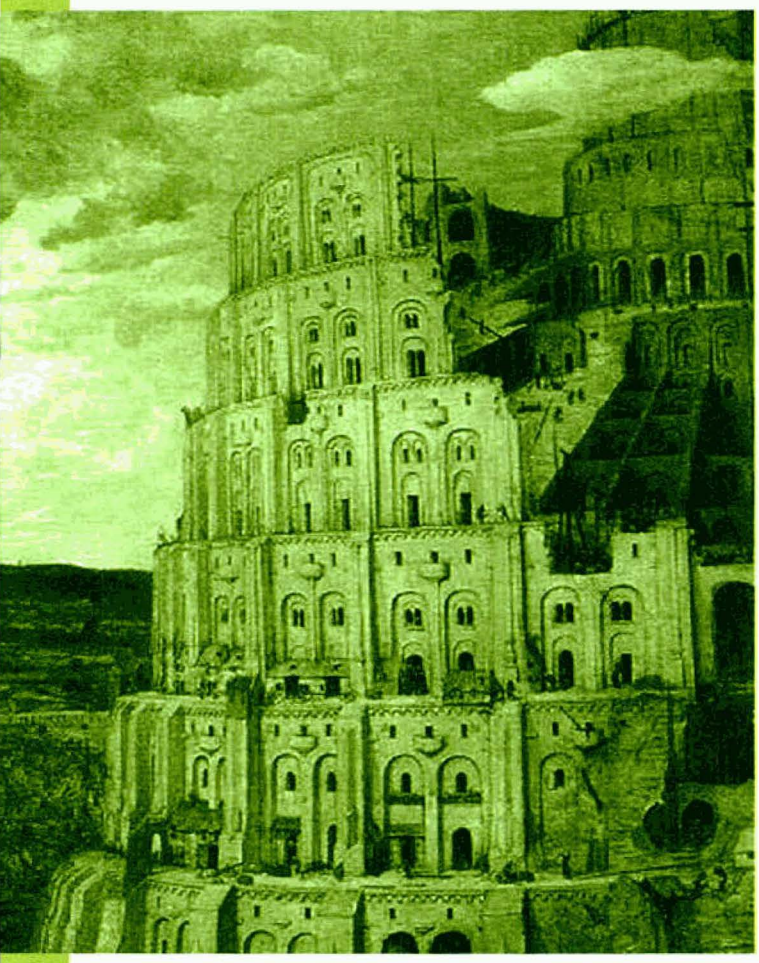
Atuação crescente

Essa forma de atuação não é nova. Lembrem-se dos movimentos pela libertação dos escravos no século passado, por exemplo. Nova é a freqüência e a ubiqüidade de sua atuação como parceiros influentes nas instâncias de tomada de decisão em escala local, nacional e internacional.

A despeito de contarem com orçamentos e recursos modestos em comparação com suas contrapartes no governo e nos negócios, esses grupos estão operando cada vez mais em escala global na articulação de coalizões que emprestam proeminência universal a questões locais ou, inversamente, relevância local a questões internacionais.

De acordo com dados da União de Associações Internacionais, o número de ONGs internacionais cresceu de pouco mais de 5 mil em 1990 para cerca de 26 mil em 1999, depois de ter permanecido abaixo dos 5 mil por três décadas consecutivas.

Um dos mais poderosos estímulos ao crescimento é o seu próprio sucesso. "Muitas ONGs mostraram-se mais capazes que os governos e os empresários no enfrentamento de problemas sociais e ambientais", escreve Curtis Runyan em artigo sobre "O terceiro setor".* Em Bangladesh, diz ele, é mais provável que uma criança se alfabetize graças à atuação de uma das 5 mil ONGs que desenvolvem programas de alfabetização no país que à ação governamental.



Pressões vitoriosas

Segundo informa *The Economist*, nos países em desenvolvimento o conjunto das ONGs desenvolve um trabalho social maior do que o realizado pela ONU.

Em 1998, enquanto os governos articulavam a ratificação de um tratado para explorar a mineração na Antártica, uma coalizão de 200 ONGs, utilizando e divulgando informações sobre a fragilidade da área recolhidas por uma estação de monitoramento do Greenpeace, conseguiu reunir apoio público mundial para fazer soçobrar a proposta.

> A surpresa poderia ter sido evitada se, em vez de consultar as previsões dos serviços noticiosos usuais, os organizadores da reunião da OMC em Seattle tivessem consultado as previsões das próprias ONGs.

Não estranha, assim, que entidades ambientalistas como o Worldwide Fund for Nature tenham ampliado o número de seus membros de 570 mil em 1985 para 5 milhões atualmente, enquanto o do Sierra Club saltava de 180 mil em 1980 para 572 mil hoje.

Eficiência da comunicação

Quando a comunicação entre as pessoas estava limitada ao telefone, ao fax e aos correios, era proibitivo o custo de trocar informações e estabelecer vínculos entre essas organizações. Foi o advento da Internet que tornou exponencial a capacidade de informação, organização e mobilização.

A notícia do assassinato, anos atrás, do líder de extrativistas acreanos, Chico Mendes, chegou primeiro às embaixadas brasileiras no exterior, que foram surpreendidas pela enxurrada de protestos por parte de ONGs antes que o Palácio do Planalto tivesse tomado ciência do fato.

Algo semelhante ocorreu agora com os protestos de Seattle, cuja organização e mobilização se deu por meio de uma dúzia de *sites* na Internet que alertaram a todos, com exceção dos participantes e da polícia, ao que parece. Cerca de 1.500 ONGs assinaram via *e-mail* uma declaração de protesto anti-OMC colocada na Internet por iniciativa do Public Citizen, um grupo de ativistas que defendem os direitos do consumidor.

A democratização do acesso à Internet facilita a colaboração entre ONGs de países ricos e países pobres. Disso resulta freqüentemente a mobilização *in loco* em protesto contra a exploração do trabalho infantil ou a degradação ambiental, alimentada pela troca de informações que trafegam *on line* entre os membros das coalizões assim formadas.

Peso nas decisões

Se é verdade que, vez por outra, essa modalidade de intercâmbio dá origem a dores de cabeça nos exportadores de algum produto tropical, é verdade também que tem contribuído para enriquecer o conteúdo do debate parlamentar sobre determinada questão. Quando um grupo de políticos de oposição busca definir algum ins-

trumento legal de defesa ambiental, por exemplo, conta com a colaboração e a experiência de colegas de todo o mundo.

A vitória da agenda das ONGs em Seattle deu forma definitiva à tomada de consciência por parte da opinião pública mundial sobre a capacidade de tais coalizões. Mas é preciso atentar para o seu crescimento no plano nacional para se avaliar com mais acuidade o seu potencial.

Runyan estima que existem nos EUA cerca de 2 milhões de ONGs, 70% das quais teriam sido criadas nos últimos 30 anos. Com o colapso do bolchevismo na Europa do Leste, mais de 100 mil ONGs teriam surgido nesses países entre 1988 e 1995.

Contando com o apoio da opinião pública, ativistas dessas organizações têm conseguido influenciar a formulação e a condução de políticas por parte das mais poderosas instituições. O Greenpeace e outras ONGs de defesa do meio ambiente e da saúde conseguiram mobilizar consumidores de toda a Europa contra os esforços da indústria de produtos geneticamente modificados para a sua introdução no mercado.

Direto às soluções

Freqüentemente esses ativistas desempenham um papel importante em prover os consumidores de informações sobre o comportamento das corporações. Exemplo disso é o selo SmartWood, que certifica produtos de origem florestal explorados de forma sustentável. Outros são o Green Seal e assemelhados, que certificam produtos orgânicos na Califórnia, na Alemanha ou no estado de São Paulo.

Mais recentemente, em vez de limitar-se ao protesto, à denúncia e ao boicote, as ONGs têm ampliado a sua atuação com a elaboração de propostas e soluções.

Representativa dessa atitude foi a iniciativa de criar um banco do povo em Bangladesh, que financia milhares de mulheres pobres do campo. O êxito da iniciativa estimulou a sua implantação em muitas outras partes do mundo. Em 1997, o conhecimento detido por algumas ONGs foi decisivo para a definição do sistema de verificação associado ao Tratado sobre Armas Químicas. No Brasil, ONGs que atuam na Amazônia poderão vir a ter papel relevante na certificação de produtos de origem florestal.

> Os negociadores da OMC deviam aprender com as ONGs como utilizar a comunicação via Internet para a organização e a preparação prévia de agendas. Como prova de competência, no que diz respeito a Seattle pelo menos, a agenda das ONGs saiu vitoriosa.

Caráter democrático das ONGs

Ante o poder de influência e o prestígio crescente das ONGs, muitas instituições, em vez de ignorá-las, têm buscado promover parcerias com elas. Assim fez o Banco Mundial, que conta com a participação de ONGs em mais da metade de seus projetos.

A proliferação e o êxito das ONGs têm suscitado a questão de se saber o que teria ocorrido de errado no sistema de representação formal, que caracteriza a democracia. Em determinados círculos do poder tem crescido o desconforto diante do aparente esfacelamento das instituições que até agora encarnaram o poder do Estado.

Os estudiosos se perguntam sobre as raízes do fenômeno, e as respostas aventadas estão longe de ser consensuais. Assim, por exemplo, Jessica Mathews, do Carnegie Endowment for International Peace, observa que a concentração de poder nas mãos do Estado, que começou em 1648 com a Paz de Wesfalia, acabou, pelo menos por enquanto. "Os governos nacionais não mais detêm o monopólio da informação", escreve ela.**

A valorização da subjetividade

Outros estudiosos, como Michel Maffesoli,*** preferem ver nesse fenômeno uma manifestação do sentimento de exaustão crescente com que os cidadãos reagem às propostas e soluções avassaladoramente racionais e abstratas exaradas pelas instituições em geral.

O *locus* da política na pós-modernidade teria sido deslocado de onde o colocara o Iluminismo do século XVIII, movimento de caráter acentuadamente masculino, para o espaço feminino dos sentimentos, da arte de conviver, das soluções que valorizam o contexto imediato da vida de cada um.

Disso seria uma prova a indisposição crescente com que os executivos norte-americanos enfrentam o convite de mudar de cidade ou de país em proveito da carreira, mas em prejuízo da vida familiar. As estruturas racionais e funcionais sobre as quais assenta o ganha-pão e a acumulação já não responderiam satisfatoriamente a tais exigências.

A organização atual do trabalho e da sociedade entre cidadãos iguais em direito tem cobrado como contrapartida dura e cruel a repressão do que há de mais concreto e singular na subjetividade de cada um.

Viva a diferença

Pense-se, por exemplo, no problema da separação dos sexos nos submarinos da Marinha norte-americana, em debate acalorado nos dias atuais. A Marinha não quer construir dormitórios e banheiros separados sob a alegação de que o espaço é exíguo. Tampouco admite que as tarefas da guerra possam complicar-se com eventuais desejos e amores.

O lado masculino da corporação contesta dizendo que o homem não é de ferro. O lado feminino poderia dizer a mesma coisa. E todos têm razão. Mas em nome do ideal da igualdade entre os sexos está-se eliminando a diferença que os caracteriza, uma racionalização mais difícil de acomodar na cabeça de cada um que os armamentos que o submarino deve carregar.

Da mesma forma, a cidadania moderna parece sentir-se desconfortável no espaço abstrato da representação democrática formal. Operar nesse espaço é estimulante enquanto a razão da briga estiver restrita à busca do reconhecimento da igualdade. Uma vez reconhecida a igualdade de direito entre os sexos, o problema que se coloca para a tripulação do submarino torna-se outro: como preservar a diferença entre os iguais? A representação formal tradicional prestou relevantes serviços à causa da igualdade. As ONGs estão aí para fazer valer a diferença.